



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA  
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 160016**  
(Processo Administrativo nº 64192.000276/2026-16)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de material de informática, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GP Lote	Item	CATMAT	Benefício ME/EPP	Prfc Contr	Descrição/Especificação	Unid	Requisição		Qnt	Valor Máx Aceitável (R\$)	
							Mín	Máx		Unitário	Total
-	1	404260	-	-	<b>Access Point Wi-Fi:</b> Equipamento Wireless Taxa Transmissão: 300 MBPS, Frequência: 2.400 - 2.483,50 MHZ, Características Adicionais: 3 Antenas Omni 3dbi, Access Point, Repetidor, Bridge , Tipo: Repetidora.  <b>Modelo referência:</b> Ubiquiti UniFi U6 Lite Veja demais características no Apêndice I - Especificações Técnicas	Unid	10	80	177	R\$ 955,00	R\$ 169.035,00
-	2	608239	Tipo 3	-	<b>Kit de Rádio Outdoor 5 GHz:</b> Equipamento Wireless Taxa Transmissão: 23 DBM, Frequência: 2.4 GHZ, Aplicação: Sistema De Monitoramento Eletrônico , Características Adicionais: Antena Integrada De 8.5 Dbí; Alcance 5+ Km , Suporte Vlan: 32 M.  <b>Modelo referência:</b> Intelbras WOM 5A MIMO Veja demais características no Apêndice I - Especificações Técnicas	Unid	05	47	105	R\$ 1.174,11	R\$ 123.281,55

-	3	605972	-	-	<b>Computador Tipo I (Estação de Trabalho):</b> Microcomputador Memória Ram: 4 A 8 GB, Núcleos Por Processador: Até 4 , Armazenamento Hdd: 1 TB., Armazenamento Ssd: 110 A 300 , Monitor: 21 A 29 POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse , Sistema Operacional: Proprietário, Gabinete: Torre.  <b>Modelo referência:</b> Dell Pro Slim QSC1250 <b>Veja demais características no Apêndice I - Especificações Técnicas</b>	Unid	80	313	741	R\$ 6.622,00	R\$ 4.906.902,00
-	4	618577	-	-	<b>Computador Tipo I (Estação de Trabalho):</b> Microcomputador Memória Ram: Superior A 8 GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: 310 A 500 , Monitor: 21 A 29 POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse, Sistema Operacional: Proprietário, Gabinete: Compacto , Outros Recursos: Conforme Edital.  <b>Modelo referência:</b> Dell Pro Slim QSC1250 <b>Veja demais características no Apêndice I - Especificações Técnicas</b>	Unid	50	219	768	R\$ 7.899,00	R\$ 6.066.432,00
-	5	471839	-	-	<b>Notebook Tipo I:</b> Notebook Tela: Até 14 POL, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Memória Ram: Superior A 8 GB, Núcleos Por Processador: 4 A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: 110 A 300 , Bateria: Até 4 Células, Alimentação: Bivolt Automática , Sistema Operacional: Proprietário.  <b>Modelo referência:</b> Lenovo ThinkPad E14 Gen 6 <b>Veja demais características no Apêndice I - Especificações Técnicas</b>	Unid	35	155	335	R\$ 6.313,07	R\$ 2.114.878,45
-	6	618643	-	-	<b>Notebook Tipo II:</b> Notebook Tela: Até 14 POL, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Memória Ram: Superior A 8 GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: 480 A 1.000 , Bateria: Definido Pelo Fabricante , Alimentação: Bivolt Automática , Sistema Operacional: Proprietário  <b>Modelo referência:</b> Lenovo ThinkPad E14 Gen 6 <b>Veja demais características no Apêndice I - Especificações</b>	Unid	35	150	376	R\$ 7.790,45	R\$ 2.929.209,20

					<b>Técnicas</b>						
-	7	626906	Tipo 1	-	<b>Switch de Acesso 8 Portas Gigabit:</b> Switch Quantidade Portas: 8 UN, Tipo Portas: RJ45, Velocidade Porta: 10/100/1000mbps , Alimentação: 100/220 V, Frequência: 60 HZ, Características Adicionais: Com Fonte De Alimentação Chaveada Automaticamente;  <b>Modelo referência:</b> TP-Link TL-SG108 <b>Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas</b>	Unid	25	105	242	R\$ 328,85	R\$ 79.581,70
-	8	609689	-	-	<b>Switch Gerenciável PoE 24 Portas:</b> Switch Quantidade Portas: 24 UN, Tipo Portas: 10/100 /1000 Base T, RJ45.4, 4 Ethernet Mini-Gbic , Velocidade Porta: 1000 Mbps, 1/10 Gbps , Alimentação: 100 A 240 V, Características Adicionais: Com Portas Poe, Alimentação Elétrica Com Chaveamen , Aplicação: Conectar Servidores E Equipamentos Em Rede , Tipo: Switch Gerenciável.  <b>Modelo referência:</b> Intelbras S2328G-PA <b>Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas</b>	Unid	20	91	231	R\$ 4.456,45	R\$ 1.029.439,95
-	9	463274	-	-	<b>Switch Gerenciável L2 24 Portas:</b> Switch Quantidade Portas: 24 UN, Tipo Portas: Ethernet 10/100/1000 , Velocidade Porta: 10/100/1000 , Alimentação: 110/220 V, Aplicação: Conectar Servidores E Equipamentos Em Rede  <b>Modelo referência:</b> Intelbras SG 2404 MR <b>Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas</b>	Unid	12	79	200	R\$ 2.795,32	R\$ 559.064,00
-	10	626880	-	-	<b>Switch Gerenciável L3 48 Portas:</b> Switch Quantidade Portas: 48 UN, Tipo Portas: Ethernet 10/100/1000 , Alimentação: 90 - 250 VCA, Tipo: Switch Gerenciável  <b>Modelo referência:</b> Intelbras S3054G-B <b>Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas</b>	Unid	18	104	245	R\$ 7.855,29	R\$ 1.924.546,05

-	11	618993	Tipo 3	-	<b>Telefone IP TIP:</b> Aparelho Telefônico Tipo: Voip , Funções Básicas: 2 Contas Sip, 2 Portas Ethernet De 10/100/1000 Mbp , Características Adicionais: Tela Em Lcd , Alimentação: Bivolt V, Compatibilidade: Central Telefônica Dígito.  <b>Modelo referência:</b> Intelbras TIP 125i Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	20	115	326	R\$ 277,95	R\$ 90.611,70
-	12	439348	Tipo 3	-	<b>SSD SATA 240 GB:</b> Disco Magnético Memória: 240 GB,Aplicação: Informática , Modelo: Ssd , Interface: Sata Iii , Tipo: Rígido.  <b>Modelo referência:</b> Kingston SA400S37/240G Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	35	150	677	R\$ 320,00	R\$ 216.640,00
-	13	452506	-	-	<b>SSD SATA 480 GB:</b> Disco Magnético Memória: 480 GB, Velocidade Transferência: 6.0 GB/S, Modelo: Ssd , Tipo: Rígido.  <b>Modelo referência:</b> Kingston SA400S37/480G Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	20	165	1.049	R\$ 629,00	R\$ 659.821,00
-	14	606881	-	-	<b>SSD Externo 1 TB:</b> Disco Magnético Memória: 1 TB., Aplicação: Armazenamento Dados , Modelo: Externo/Portátil , Características Adicionais: Cabo Usb 3.0 , Interface: Usb 3.0.  <b>Modelo referência:</b> SanDisk SDSSDE30-1T00-G25 Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	20	160	497	R\$ 924,14	R\$ 459.297,58
-	15	444422	-	-	<b>Placa de Vídeo Dedicada 12 GB:</b> Placa Controladora Vídeo Tamanho Memória: 11 GB, Resolução Imagem: 7680 X 4320 DPI, Modelo: Gddr5x , Características Adicionais: Suporta Hdcp , Barramento: Pci Express 3.0 , Quantidade Saída: Dvi E Hdmi.  <b>Modelo referência:</b> NVIDIA GeForce RTX 3060 (12GB), AMD Radeon RX 6750 XT (12GB) Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	10	70	195	R\$ 3.100,00	R\$ 604.500,00

-	16	450311	Tipo 1	-	<b>Placa de Rede PCI Express Gigabit:</b> Placa Rede Padrão: Pci Express 2x , Conectores: 2 Portas - Rj-45 , Velocidade Transferência: 10/100/1000 MB/S, Alimentação: Da Interface , Características Adicionais: Suporte Para Wake-On-Lan E Pxe , Aplicação: Conexão De Servidores À Rede.  <b>Modelo referência:</b> TP-Link TG-3468 Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	70	170	532	R\$ 129,90	R\$ 69.106,80
-	17	470246	Tipo 1	-	<b>Adaptador USB de Rede Gigabit:</b> Adaptador Conector Tipo Conectores: Adaptador Usb Para Rj45 , Velocidade: 100/1000 MBPS, Aplicação: Informática, Características Adicionais: Interface Usb 2.0 A 3.0.  <b>Modelo referência:</b> TP-Link UE300 Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	65	185	566	R\$ 101,40	R\$ 57.392,40
-	18	625673	-	-	<b>Monitor de 24 Polegadas:</b> Monitor Computador Tamanho Tela: 23 A 30 POL, Tipo De Tela: Led, Formato Tela: Widescreen, Qualidade De Imagem: Full Hd, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade, Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display, Alimentação: Bivolt, Garantia On Site: 12 MESES.  <b>Modelo referência:</b> Samsung Essential S4 24" FHD 100 Hz (LS24D400GALMZD) Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	70	300	930	R\$ 915,26	R\$ 851.191,80
-	19	631341	-	-	<b>Módulo de Memória RAM DDR4 8 GB:</b> Memória Ram Aplicação: Microcomputadores, Capacidade Memória: 8 GB, Padrão: Ddr4-3200 Sodimm.  <b>Modelo referência:</b> Kingston Fury Beast, 8GB, 3200MHz) Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	45	190	712	R\$ 572,89	R\$ 407.897,68

-	20	619463	-	-	<b>Módulo de Memória RAM DDR4 16 GB:</b> Memória Ram Aplicação: Microcomputadores, Capacidade Memória: 16 GB, Padrão: Udimm Ddr4 Sdram, 3200mhz.  <b>Modelo referência:</b> Kingston Fury Beast, 16GB, 3200MHz Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	30	155	690	R\$ 1.235,28	R\$ 852.343,20
-	21	634323	Tipo 3	-	<b>Módulo de Memória RAM DDR3 8 GB:</b> Memória Ram Referência: Pc3-12800, Aplicação: Notebook, Capacidade Memória: 8 GB, Padrão: Padrão: Ddr3l SoDimm 1.600 Mhz.  <b>Modelo referência:</b> Kingston KVR16N11 Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	20	110	422	R\$ 311,25	R\$ 131.347,50
-	22	631097	-	-	<b>Fonte de Alimentação 500W Padrão ATX 12V:</b> Fonte Alimentação Tipo: Intel Atx 12v 2,3 , Potência: 500 W, Corrente Alimentação: 8 A, Compatibilidade: Intel Atx 12v 2,3, Tensão Alimentação: 110/127/230 VCA, Dimensões: 86 X 150 X 140 MM, Referência Fabricante: 80 Plus Bronze , Acessórios: 3x Periféricos 4pin/6x Sata 5 Pin/2x Pci-E 6+2pin , Frequência Nominal: 50/60 HZ, Características Adicionais 1: Sinal De Potência: 100-500 Ms/Hold Up: 16msec 60%.  <b>Modelo referência:</b> Corsair CV550, EVGA 500W 80 PLUS Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	45	195	619	R\$ 552,93	R\$ 342.263,67
-	23	486616	-	-	<b>Gabinete Torre ATX:</b> Gabinete Para Computador Tipo: Torre Com No Mínimo 2 Baías, Material: Aço , Padrão: Atx , Características Adicionais: Com Fonte De Alimentação De 200w.  <b>Modelo referência:</b> Multilaser MCR-AR01-FL Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas	Unid	35	175	441	R\$ 340,00	R\$ 149.940,00
-	24	607895	-	-	<b>Placa-Mãe Micro ATX:</b> Placa Mãe Componentes: Chipset: Intel B660, Aplicação: Socket Lga1700 , Tipo Portas: 1 X Porta Hdmi 1 X Porta D-Sub, 1 X Lan Intel @, , Tipo Conectores: 1 X Conector M.2 Suporte A Ssd Pcie4.0 Chipset: , Memória Expansão: 128 GB, Tipo: Ddr4 , Slots: 1 X Slot Pci Express	Unid	40	180	476	R\$ 1.388,22	R\$ 660.792,72

					<p>X16, 1 X Slot Pci Express X16.</p> <p><b>Modelo referência:</b> Gigabyte B760M AORUS ELITE</p> <p>Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas</p>						
-	25	607891	-	-	<p><b>Processador com Cooler:</b> Processador Tipo: Lga 1700, Velocidade Processamento: 2.5 GHZ, Modelo: Intel Core i5-12400, Características Adicionais: Gráfico Uhd Integrado, Barramento: Turbo Boost 4.3 Ghz, Memória Cache: 18 M.</p> <p><b>Modelo referência:</b> Intel Core i5-13400F (ou i5-13400)</p> <p>Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas</p>	Unid	35	175	467	R\$ 1.529,40	R\$ 714.229,80
-	26	627126	-	-	<p><b>Fonte de alimentação para Servidor tipo I:</b> Fonte Alimentação Potência: 750 W, Corrente Alimentação: 12 - 6 A, Tensão Alimentação: 100/240 , Dimensões: 150 X 140 X 86 MM, Modelo: Plus Gold , Referência Fabricante: 90ye00s3-B0ba00.</p> <p><b>Modelo referência:</b> Servidor Dell Poweredge R630</p> <p>Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas</p>	Unid	05	20	150	R\$ 1.693,00	R\$ 253.950,00
-	27	336835	-	-	<p><b>Fonte de alimentação para Servidor tipo II:</b> Fonte Alimentação Potência: 750 W, Compatibilidade: Processador Xeon Do Servidor Hp-DI380(G4 E G5) , Tensão Alimentação: 12 V, Aplicação: Microcomputador, Características Adicionais: Atx 24 Pinos/2 Conectores Sata/Ventoinha Única De.</p> <p><b>Modelo referência:</b> HP Proliant DL 360p Gen8</p> <p>Veja demais características no Apêndice I – Especificações Técnicas</p>	Unid	05	20	136	R\$ 780,00	R\$ 106.080,00

**1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).**

Item	Descrição / Especificação	Unid	CMA	1º BIS (Amv)	4º BAVEX	CECMA	4º CGEO	CIGS	12º RM	2º Gpt E	CRO/12	12º B Sup	HMAM	Pq R Mnt/12	CMM	Total
01	Access Point Wi-Fi	Unid	80	10	0	40	2	5	5	10	3	6	10	6	0	177
02	Kit de Rádio Outdoor 5 GHz	Unid	47	2	6	24	0	0	3	10	0	3	0	10	0	105
03	Computador Tipo I (Estação de Trabalho)	Unid	313	20	0	160	5	11	100	40	0	22	30	40	0	741
04	Computador Tipo II (Estação de Trabalho de Alto Desempenho)	Unid	219	20	60	110	10	15	100	40	16	22	100	6	50	768
05	Notebook Tipo I	Unid	155	15	20	78	0	5	30	10	0	6	10	6	0	335
06	Notebook Tipo II	Unid	150	15	3	75	0	5	30	10	8	6	20	4	50	376
07	Switch de Acesso 8 Portas Gigabit	Unid	105	10	6	53	5	5	20	10	0	6	10	12	0	242
08	Switch Gerenciável PoE 24 Portas	Unid	91	4	0	45	15	5	15	20	6	8	10	12	0	231
09	Switch Gerenciável L2 24 Portas	Unid	79	2	6	40	0	0	15	20	0	6	20	12	0	200
10	Switch Gerenciável L3 48 Portas	Unid	104	4	6	52	0	0	15	10	20	8	10	6	10	245
11	Telefone IP TIP	Unid	115	10	0	58	10	0	30	0	0	25	70	8	0	326
12	SSD SATA 240 GB	Unid	150	20	60	75	10	0	150	50	60	22	40	40	0	677
13	SSD SATA 480 GB	Unid	165	20	40	57	20	20	100	50	45	12	70	50	400	1049
14	SSD Externo 1 TB	Unid	160	10	6	80	15	5	10	40	10	6	35	20	100	497
15	Placa de Vídeo Dedicada 12 GB	Unid	70	10	4	35	5	2	10	20	4	5	10	10	0	195
16	Placa de Rede PCI Express Gigabit	Unid	170	40	0	75	0	5	50	40	20	22	60	50	0	532
17	Adaptador USB de Rede Gigabit	Unid	185	20	15	90	10	15	80	40	20	11	30	30	20	566
18	Monitor de 24 Polegadas	Unid	300	20	15	150	30	8	30	40	35	22	150	30	100	930
19	Módulo de Memória RAM DDR4 8 GB	Unid	190	20	0	95	5	0	100	40	0	12	150	50	50	712
20	Módulo de Memória RAM DDR4 16 GB	Unid	155	10	0	78	25	10	100	40	20	22	150	50	30	690
21	Módulo de Memória RAM DDR3 8 GB	Unid	110	20	10	55	0	0	0	40	25	22	60	30	50	422
22	Fonte de Alimentação 500W Padrão ATX 12V	Unid	195	30	50	97	0	20	20	50	22	10	60	25	40	619
23	Gabinete Torre ATX	Unid	175	10	6	88	0	15	10	40	15	7	50	25	0	441
24	Placa-Mãe Micro ATX	Unid	180	10	6	90	3	20	10	40	15	22	50	30	0	476
25	Processador com Cooler	Unid	175	10	6	88	3	20	10	40	15	20	50	30	0	467
26	Fonte de alimentação para Servidor tipo I	Unid	20	4	0	20	0	20	0	10	7	4	50	5	10	150
27	Fonte de alimentação para Servidor tipo II	Unid	20	4	0	20	0	0	6	10	8	3	50	5	10	136



**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.3. *Os bens objeto desta contratação são caracterizadas como comuns, uma vez que, conforme as JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES, o objeto licitado possui características comuns e padronizadas pelo mercado, sendo a descrição e os padrões de desempenho e qualidade definidos no Edital, e neste termo de referência, de maneira objetiva e suficientemente exaustiva e clara, a ponto de não suscitar dúvidas acerca das especificações do objeto pretendido e o ofertado pelos licitantes, conforme previsto no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.*

**Classificação do objeto como bem de luxo**

1.4. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

**Prazo de vigência**

1.5. *O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados do(a) celebração do instrumento hábil que o substitua, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação justifica-se pelas razões pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024 a 2026 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024 a 2025 do 4º Centro de Telemática de Área, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OET 01	Entregar serviços alinhados com os requisitos do Exército Brasileiro do Plano Estratégico Institucional 2024-2026
OET 03	Maximizar a Eficiência Administrativa do Plano Estratégico Institucional 2024-2026
OET 05	Ampliar a Capacidade de Atuação no Espaço Cibernético do Plano Estratégico Institucional 2024-2026

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
<b>An B.6</b>	Manutenção de Redes Metropolitanas no âmbito do CMA	<b>6</b>	Aquisição de Equipamentos, material de consumo, visando a disponibilidade das REME
<b>An B.9</b>	Aquisição de Equipamentos computacionais para a infraestrutura de TI do 4º CTA	<b>9</b>	Renovação do parque de máquinas

2.4. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A solução de TIC consiste na aquisição de material de informática.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### **Requisitos de Negócio**

4.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 4. Necessidades de Negócio).

#### **Requisitos de Capacitação**

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

#### **Requisitos Legais**

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

#### **Requisitos de Manutenção**

4.4. Devido às características da solução, NÃO há necessidade de realização de manutenções pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.

#### **Requisitos Temporais**

4.5. A entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

#### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.6. Consideradas as peculiaridades e natureza do objeto, não serão exigidos requisitos de privacidade e segurança da informação para a presente contratação

#### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7. Consideradas as peculiaridades e natureza do objeto, não serão exigidos requisitos Sociais, Ambientais e Culturais.

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.8. Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 5. Necessidades Tecnológicas).

### **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9. Consideradas as peculiaridades e natureza do objeto, não serão exigidos requisitos de Projeto e de Implementação.

### **Requisitos de Implantação**

4.10. Consideradas as peculiaridades e natureza do objeto, não serão exigidos requisitos de Implantação.

### **Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

4.11. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.*

### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.12. *Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.*

### **Requisitos de Formação da Equipe**

4.13. *Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.*

### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.15. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.16. Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento durante o horário comercial, de maneira eletrônica e por via telefônica.

4.17. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.18. Consideradas as peculiaridades e natureza do objeto, não serão exigidos requisitos de privacidade e segurança da informação para a presente contratação.

### **Sustentabilidade**

4.19. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.19.1 *Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo FABRICANTE esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.*

4.19.2 *Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal.*

## **Subcontratação**

- 4.20. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

## **Garantia da contratação**

- 4.21. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 4.22. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*
- 4.22.1 *as quantidades licitadas equivalem ao total estimado a ser demandado no período de 12 (doze) meses, e não serão necessária e obrigatoriamente adquiridas na sua totalidade.*
  - 4.22.2 *as quantidades serão fornecidas de modo parcelado, irregular e respeitando as quantidades mínimas e máxima de fornecimentos indicados na Tabela A do Item 1.1 do Apêndice I deste Termo de Referência.*
- 4.23. *Para os itens classificados como bens de informática e automação serão exigidas as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010:*
- a. *conforme Item 8 (Aquisições de Ativos de TIC) do Anexo I da IN SGD/ME nº 94/2022 combinado com Anexo A da Portaria INMETRO nº 170/2012:*
- “II - serão aceitas certificações emitidas, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, como também aquelas emitidas por organismos acreditados por esse Instituto, os quais podem ser consultados por meio do endereço <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/acreditacao/organismos-acreditados>.”*

## **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

- 4.24. *Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*
- 4.24.1 *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*
  - 4.24.2 *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*
  - 4.24.3 *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.*

## **Margem de Preferência**

- 4.25. *Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.*

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3 receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4 aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6 comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### **5.2. São obrigações do CONTRATADO:**

- 5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9 fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1 efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3 definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Rotinas de Execução**

#### **Do Encaminhamento Formal de Demandas**

6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

### **Forma de execução e acompanhamento do contrato**

#### **Condições de Entrega**

6.4. *O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da entrega Ordem de fornecimento de bens (OFB), em remessa única.*

6.5. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

6.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**1) Cmdo CMA (Comando do Comando Militar da Amazônia) - UASG 160016**

- Av. Coronel Teixeira, 4.715, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-000

- Telefone: (92) 3659-1186/1183

**2) 1º BIS (Amv) (1º Batalhão de Infantaria de Selva Aeromóvel) - UASG 160006**

- Av. São Jorge, 650, São Jorge, Manaus-AM, CEP 69033-000

- [salc1bisamv@hotmail.com](mailto:salc1bisamv@hotmail.com)

**3) 4º BAVEx (4º Batalhão de Aviação do Exército) - UASG 160007**

- Estrada do Paredão, s/nº, Vila Militar Rio Negro - Colônia Oliveira Machado, Manaus-AM, CEP 69074-160

- [salc4bavex@gmail.com](mailto:salc4bavex@gmail.com) - Telefone: (92) 3301-5691

**4) CECMA (Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia) - UASG 160008**

- Av. Coronel Teixeira, 6.123, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-010

- [salc@cecma.eb.mil.br](mailto:salc@cecma.eb.mil.br) - Telefone: (92) 3658-4695

**5) 4º CGEO (4º Centro de Geoinformação) - UASG 160011**

- Av. Marechal Bittencourt, 97, Santo Antonio, CEP 69029-160, Manaus-AM.

[salc4cgeo@hotmail.com](mailto:salc4cgeo@hotmail.com); [salc4cgeo@gmail.com](mailto:salc4cgeo@gmail.com) - Telefone: (92) 3213-7035

**6) CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva) - UASG 160012**

- Av. São Jorge, 750, São Jorge, Manaus-AM, CEP 69033-000

- [setmat@cigs.eb.mil.br](mailto:setmat@cigs.eb.mil.br)

**7) 12ª RM (Comando da 12ª Região Militar) - UASG 160014**

- Av. Coronel Teixeira, 6.155, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-000

- [almoxarifado@12rm.eb.mil.br](mailto:almoxarifado@12rm.eb.mil.br) - Telefone: (92) 3659-4706

**8) 2º Gpt E (Comando do 2º Grupamento de Engenharia) - UASG 160015**

- Av. Coronel Teixeira, 6.800, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-000

- [salc2gpte@gmail.com](mailto:salc2gpte@gmail.com) - Telefone: (92) 3659-1061 Fax: (92) 3658-3319

**9) CRO/12 (Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar) - UASG 160017**

- Av. Coronel Teixeira, 2.061, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-000

- [cro12.secinfo@cro12.eb.mil.br](mailto:cro12.secinfo@cro12.eb.mil.br) - Telefone: (92) 98117-6634

**10) 12º B Sup (12º Batalhão de Suprimento) - UASG 160018**

- Av. Marechal Bitencourt, 55, Santo Antonio, Manaus-AM, CEP 69029-290

- [secinfor@12bsup.eb.mil.br](mailto:secinfor@12bsup.eb.mil.br)

**11) HMAM (Hospital Militar de Área de Manaus) - UASG 160020**

- R. Prof. Ernani Simão, 1421 - Cachoeirinha, Manaus - AM, 69065-060

**12) Pq R Mnt/12 (Parque Regional de Manutenção 12RM) - UASG 160021**

- Av. Coronel Teixeira, 1.985, Compensa, Manaus-AM, CEP 69030-480

- secinfor@pqrmnt12.eb.mil.br - Telefone: (97) 3656-2223

6.7. *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.*

**Formas de transferência de conhecimento**

6.8. *Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.*

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.9. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

**Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

6.10. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

**Mecanismos formais de comunicação**

6.11. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Fornecimento de Bens;
- II) Ofício;
- III) Sistema de abertura de chamados;
- IV) E-mails e Cartas;

**Formas de Pagamento**

6.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

**Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.13. Não se aplica na presente contratação.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



## **Fiscalização**

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.14.1 registro das ocorrências relacionadas com a execução do contrato; e

7.14.2 ateste técnico, com vistas à liquidação das Notas Fiscais/Faturas correspondentes à execução do objeto, após a verificação de sua conformidade quantitativa e qualitativamente.

7.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

7.16. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.16.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo

da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.16.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.16.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.16.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.16.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.16.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

### ***Crítérios de Aceitação***

7.18. *A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:*

7.19. *Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).*

7.20. *Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.*

7.21. *Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.*

7.22. *O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.*

- 7.23. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 7.24. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.
- 7.25. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.
- 7.26. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.
- 7.27. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

<b>IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO</b>		
<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>	
<b>Finalidade</b>	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
<b>Meta a cumprir</b>	<b>IAE &lt; = 0</b>	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
<b>Instrumento de medição</b>	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
<b>Forma de acompanhamento</b>	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.	
<b>Periodicidade</b>	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	

<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p><b><i>IAE = <u>TEX</u> – <u>TEST</u></i></b></p> <p>Onde:</p> <p><b><i>IAE</i></b> – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p><b><i>TEX</i></b> – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quando o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p><b><i>TEST</i></b> – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
<b>Observações</b>	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OFB.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	<p>Para valores do indicador <b><i>IAE</i></b>:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

7.28. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.29. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.29.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.29.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.29.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.29.1 Multa:

7.29.1.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.29.1.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

**7.29.1.1.1.** *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.29.1.1. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.29.1.1. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.29.1.1. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.29.1.1. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.29.1.1. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.30. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.31. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.32. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.33. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.34. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.35. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.35.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.35.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.36. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.36.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.36.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 7.36.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.36.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.36.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.37. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.38. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.39. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

- 7.39.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.40. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.41. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 8 (oito) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. Dispensada totalmente (Inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021), por tratar-se de objeto para entrega imediata.

#### **Qualificação Técnica**

9.22. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.24. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

*Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

*Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

*O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.*

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 26.529.785,75 (vinte e seis milhões quinhentos e vinte e nove mil setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.*
- 10.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*
- 10.2.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*
  - 10.2.2 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*
  - 10.2.3 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*
  - 10.2.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, com fundamento no art. 17 do Decreto nº 11.462/2023.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**Cronograma Físico Financeiro**

Evento	Prazo estimado	Valor
Evento 1	(.../.../...) a (.../.../...) ou (...) dias após a emissão da OFB	R\$ .....
Evento 2	[...]	R\$ .....
....	[...]	R\$ .....
Evento N	[...]	R\$ .....

<div>Integrante Requisitante ITALO ELIZTONI DE LIMA SOARES Chefe da Seção de Logística</div>	<div>Integrante Técnico ITALO ELIZTONI DE LIMA SOARES Chefe da Seção de Logística</div>	<div>Integrante Administrativo ROSEMBERG DA SILVA JUNIOR Auxiliar da Seção de Licitação e Contratos</div>
--	---	---

Autoridade Máxima da Área de TIC
<div>RAPHAEL PINTO DE SOUZA Chefe Da Divisão Técnica</div>

Manaus, 20 de maio de 2026.

Aprovo,

Autoridade Competente
<div>LUCÍDIO LOPES DA SILVA JUNIOR - CEL Ordenador de Despesas do Comando do CMA</div>